

OFÍCIO P Nº 12/2021

São Paulo, 18 de março de 2021.

Aos
Representantes das Instituições Filiadas

Assunto: Covid-19: debate sobre vacinas para a saúde suplementar

Prezado(a) Senhor(a),

Desde o início da pandemia, a UNIDAS tem concentrado todos os seus esforços em ações que auxiliem suas filiadas no combate ao coronavírus. A movimentação inclui diálogos com o governo e órgãos reguladores, relacionamento com prestadores de serviços, além de troca instantânea de informações, por meio de um canal exclusivo em um aplicativo de mensagens. Dando sequência a este trabalho, gostaríamos de convidá-lo(a) a participar de um **debate virtual sobre vacinas contra a Covid-19 para a saúde suplementar, no dia 24 de março (quarta-feira), das 10h às 12h.**

Pedimos que confirme sua inscrição até o dia 22 de março, clicando [aqui](#). O link para acessar a reunião será enviado o e-mail cadastrado no formulário.

Serão abordados projetos de lei e liminares, conforme detalhamos abaixo:

- Pelo menos três projetos de lei foram apresentados à Câmara dos Deputados com o objetivo de garantir a imunização da população brasileira contra a Covid-19. São eles:

PLs e outras sugestões

APROVADOS

- **PL 534/21 (CÂMARA DOS DEPUTADOS)**, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra covid-19 e sobre a [aquisição e](#)

comercialização de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em 10 de março.

- **PL 534/21 (SENADO FEDERAL)**, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra covid-19 e sobre a aquisição e comercialização de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em 10 de março.
- **MPV 1003/2020**, que autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility.
- **MPV 1026/2021**, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

TRAMITANDO

- **PL 147/2021**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a comercialização de doses de vacinas autorizadas para uso emergencial que não tenham sido adquiridas pelo SUS, e dá outras providências.
- **PL 3697/2021**, que autoriza a exigência de comprovação da vacina contra o corona vírus (covid-19) para fins de contratação de trabalhadores e prestadores de serviço em geral no estado do rio de janeiro, na forma que menciona.
- **PLO 79/2021**, que insere a cobertura de vacina contra o covid-19 como obrigação dos planos e seguro privados de assistência à saúde no âmbito do estado do maranhão.

- **PLP 6/2021**, que altera o art. 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências", para instituir seguro obrigatório destinado à cobertura de danos pessoais decorrentes de efeitos adversos causados pela administração de vacinas contra COVID-19 distribuídas ou comercializadas no território nacional.
- **PL 5454/2020**, que dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Imunização para a Covid-19 (PNIC19) e dá outras providências.
- **PL 3199/2020**, obriga no âmbito do estado do rio de janeiro, planos de saúde, seguros de saúde e/ou similares a disponibilizar e oferecer, ante ao surgimento, cobertura integral, para vacina contra coronavirus - covid 19, e dá outras providências.
- **PL 430/2021**, que dispõe sobre a exclusividade de vacinação pública enquanto perdurar a situação de pandemia de Doença por Coronavírus – Covid-19 (decorrente do SARS-CoV- 2, novo Coronavírus) no Brasil, e emergências de saúde pública ou a calamidades semelhantes de importância nacional ou internacional.
- **PL 532/2021**, Autoriza as empresas privadas ou públicas a compra de vacinas para a imunização da doença do Covid 19 causada pelo Coronavirus, desde que tenha aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- **PL 2437/2020**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a realização de testes rápidos de diagnóstico para Covid-19 por meio da tecnologia de imunocromatografia, bem como sobre a prestação de serviços de vacinação humana em estabelecimentos farmacêuticos.

- **PL 5556/2020**, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências, para dispor sobre a inclusão de informações do paciente vítima de COVID-19.
- **PL 4174/2020**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para fixar diretrizes que orientem a vacinação e cobertura contra o covid-19.
- **PL 5600/2020**, que estabelece prazos e diretrizes para vacinação da população brasileira contra a pandemia de Covid-19.
- **PL 5630/2020**, que estabelece diretrizes para as medidas de imunização contra a Covid-19, aplicáveis durante a vigência da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ou enquanto durarem os efeitos da pandemia.
- **PL 5407/2020**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, para determinar sobre a gratuidade e a distribuição de vacinas contra o Covid-19 à população.
- **PL 5413/2020**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a importação de vacinas, independentemente de autorização da autoridade sanitária, que sejam registradas pelas entidades que especifica.
- **PL 4023/2020**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de

importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", para fixar diretrizes para a distribuição de vacinas contra a Covid-19 à população.

- **PL 4433/2020**, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 para incluir a cobertura de vacina contra o Covid-19 nos planos e seguro privados de assistência à saúde.
- **PL 149/2021**, que veda a caracterização de justa causa para a dispensa do empregado que opta por não receber a vacina contra o novo coronavírus – SARS-CoV-2, causador da doença covid-19, bem como caracteriza como discriminatória a dispensa sem justa causa, que comprovadamente tenha como motivação a recusa do empregado à imunização contra a covid-19.
- **PL 5463/2020**, que altera a Lei nº 13.979, de fevereiro de 2020, para estabelecer o prazo de 48 (quarenta e oito horas) horas para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorize a importação e distribuição de quaisquer materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde registrados por autoridade sanitária estrangeira e autorizados à distribuição comercial em seus respectivos países; e determina um prazo para a elaboração pelo Governo Federal do Plano Nacional de Imunização para COVID19 de até cinco dias úteis.
- **PL 507/2021**, que dispõe sobre a Instituição do Programa de Vacinação dos Trabalhadores (PVT).
- **PL 774/2021**, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para determinar que nos contratos de planos de saúde que incluïrem o atendimento ambulatorial e/ou hospitalar seja garantida cobertura de vacinas para os beneficiários.

- **PL 644/2021**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre autorização de Estados, Distrito Federal e Municípios adquirirem e distribuírem autonomamente vacinas e outras medidas profiláticas contra a COVID-19.
- **PLO 8/2021**, que insere a cobertura de vacina contra o Covid-19 como obrigação dos planos e seguro privados de assistência à saúde no âmbito do Estado do Espírito Santo
- **PL 883/2021**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação do comprovante de vacinação contra a covid-19 nos locais que prestam serviços à coletividade e para a obtenção de serviços, em todo o território nacional.

RETIRADOS

- **PL 174/2021**, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para licenciar compulsoriamente as patentes de vacinas contra a Covid-19 enquanto perdurar a emergência internacional em saúde pública decorrente da doença.
- **PL 5553/2020**, que altera a Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre a obrigatoriedade de oferecimento de vacina quando se tratar de pandemia devido à emergência de saúde pública de importância internacional, após publicação do Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional

NÃO DISPONÍVEL

- **REQ 313/2021**, que Requer que seja realizada pela Câmara dos Deputados Comissão Geral destinada a discutir a quebra de patentes das vacinas para o combate ao vírus Covid-19 e o posicionamento brasileiro frente a esta proposta em debate tanto na

Organização Mundial do Comércio – OMC, quanto na Organização Mundial da Saúde – OMS.

- **RIC 557/2020**, solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, relativas as pesquisas realizadas no Brasil ou em consórcio com outros países e instituições para a produção da vacina de combate ao COVID-19, bem como, tratamentos farmacológicos que reduzam a letalidade do vírus.

Liminares

Liminar 1 – Autor: Sindicato dos Motoristas Autônomos de Transportes Privado Individual por Aplicativos no Distrito Federal - Sindmaap-DF

Liminar 2 - Autor: Associação Nacional dos Magistrados Estaduais

Liminar 3 – Requerentes: Agência Nacional de Vigilância Sanitária e União Federal

Liminar 4 - Requerentes: Agência Nacional de Vigilância Sanitária e União Federal

Sua participação nesta discussão é fundamental!

Sem mais para o momento, reiteramos os nossos protestos de elevada estima e consideração, subscrevendo-nos,

Cordialmente,



Anderson Mendes
Presidente



Cludes Cerqueira de Freitas
Vice-presidente